

**O PAPEL DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO NA  
FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO PARA  
CIDADANIA EM SANTA CATARINA**

Deputado Estadual Joares Carlos Ponticelli

## **O PAPEL DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO NA FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA EM SANTA CATARINA**

Deputado Estadual Joares Carlos Ponticelli

### **RESUMO**

A Escola do Legislativo de Santa Catarina em seus oito anos de existência baseia suas ações no desenvolvimento de processos formais de educação, por intermédio da formação permanente e continuada, visando fortalecer a atuação do Poder Legislativo, na construção de uma sociedade justa e igualitária. Através de cursos, seminários, palestras e debates, a Escola do Legislativo busca aproximar a sociedade do Parlamento Catarinense, bem como capacitar os servidores públicos conscientizando-os de suas funções no Legislativo e na sociedade. A Escola do Legislativo é um órgão que possui ações voltadas não somente para os servidores da Assembléia Legislativa, transpondo os limites da sede do Poder Legislativo Estadual, levando informação e conhecimento sobre formação política a diversas regiões do Estado de Santa Catarina, promovendo ciclos de debates e palestras em parceria com as associações representativas do Poder Legislativo Municipal. Além disso, instituiu-se o Programa Conhecendo o Parlamento, e como subprograma “Educação para Cidadania: Construindo um novo olhar”, que propiciou a jovens estudantes de escolas da Rede Pública da Grande Florianópolis, assistirem diversas palestras na Assembléia Legislativa, interagindo-os sobre o funcionamento do Poder Legislativo, desde a história do Parlamento, até a criação de leis.

## **O PAPEL DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO NA FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA EM SANTA CATARINA**

Em dezembro de 2000, nascia a Escola do Legislativo catarinense. Mas do que cumprir preceito constitucional, a criação da Escola do Legislativo, a terceira ser criada em todo o país, quis marcar o compromisso do legislativo de valorizar o contínuo aperfeiçoamento de seus integrantes e transformar toda informação produzida no legislativo, em conhecimento.

Em 8 anos de atuação a Escola do Legislativo se consolida como ferramenta de formação de agentes políticos e de educação para a cidadania. Além da formação permanente e educação continuada de todos os que integram o Poder Legislativo estadual, através de cursos, oficinas, seminários, palestras, reforço pedagógico, foram realizadas 350 diversas atividades. Em 8 anos, os eventos da Escola contaram com mais de 40.000 participações.

Ao completar 8 anos a Escola do Legislativo busca ser referência em formação política e em formação para a cidadania no estado de Santa Catarina e contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, fortalecendo sua relação com a sociedade. Em 8 anos de atuação a Escola do legislativo se consolida como ferramenta de formação de agentes políticos e de educação para a cidadania.

A Escola do Legislativo cumpre com sua função de contribuir para o surgimento de novas lideranças políticas, com visão ampla e abrangente da realidade do País em âmbito nacional e regional, ao oferecer um curso de formação política, que aborda a origem, a organização e o desenvolvimento de nossas instituições democráticas. Ao focar também os principais problemas enfrentados pelo Estado e pela sociedade brasileira, o curso representa o aprofundamento do debate sobre as condições de vida da maioria da população e para que as novas lideranças políticas firmem compromisso com a busca de soluções efetivas para os principais problemas brasileiros, dentro do marco democrático.

O Curso de Formação Política, realizado desde 2007, tem o objetivo de aprofundar o debate e a reflexão crítica sobre a realidade brasileira e catarinense, com base no estudo do desenvolvimento político e institucional do Brasil e de Santa Catarina.

Ao completar oito anos, a Escola do Legislativo amplia dia-a-dia, o seu papel constitucional de contribuir na formação e aperfeiçoamento profissional dos integrantes do Poder Legislativo.

Em 2008, novos projetos de educação para cidadania foram implantados, visando a formação política e a aproximação da sociedade ao parlamento.

As atividades da Escola do Legislativo são realizados com base em quatro programas, que são o eixo de seu trabalho: 1. Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, que busca o aprimoramento dos servidores da Assembléia Legislativa; 2. Programa de Formação de Agentes Políticos, que engloba todas atividades desenvolvidas nos diversos municípios catarinenses, contribuindo com a formação continuada de vereadores, prefeitos, assessores e futuras lideranças políticas; 3. Programa de Educação a Distância, envolve videoconferências e cursos promovidos pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados e em parceria com outras instituições de ensino; 4. Programa Conhecendo o Parlamento; onde estão inseridos todas as atividades voltadas à aproximação da sociedade ao Parlamento, incluindo o Parlamento Jovem, que completou sua 7<sup>a</sup> edição em 2008, por onde passaram este ano, na formação específica para as 12 escolas sorteadas e nas duas sessões Plenárias do Estudante, 1885 jovens; também o **Programa Fala Jovem**, em parceria com a TVAL, é um programa de televisão com um formato alegre, descontraído, onde os jovens presentes debatem com 2 ou 3 deputados assuntos atuais. Também a Escola do Legislativo continuou em 2008: **“Educação para cidadania: construindo um novo olhar”**, envolvendo oito escolas públicas da grande Florianópolis, aproximadamente 100 jovens dos Ensinos Fundamental e Médio que de agosto a dezembro, tiveram a oportunidade de participar de palestras mensais e reuniões semanais com temas que incluíram: o poder do voto, a participação do jovem na política, composição a atribuições da Assembléia Legislativa; o jovem, a violência e as drogas; a função social dos 3 poderes; movimentos sociais e políticas públicas; além de visitas de estudo aos Poderes e Órgãos do estado. O projeto conta com o acompanhamento de estudantes universitários que coordenam como monitores as atividades semanais dos pequenos grupos. As atividades de educação para cidadania, promovidos pelo **Programa Conhecendo o Parlamento**, totalizaram **4651 participações**.

Neste ano, a Escola ampliou o relacionamento com as associações de vereadores das micro-regiões do estado e realizou dentro do **Programa de Formação de Agentes Políticos**, palestras, encontros, cursos e ciclos de debates sobre formação política, nos municípios de Lages, Chapecó, Jaraguá do Sul, Rio do Sul, São Lourenço do Oeste, Tijucas, Treze Tílias, Tubarão, Florianópolis, Anchieta, Nova Trento, Braço do Norte, Pomerode, São Bento do Sul, Imbituba, Joinville, além de outros municípios, além do Curso inédito de Formação Política, totalizando **2711 participações**.

No **Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional**, destaca-se a conclusão de 2 turmas de pós-graduação MBA em Ciência Política e Gestão, com 39 servidores da Alesc e Auditoria e Finanças Públicas, com mais de 20 servidores participantes. Além de diversos cursos e palestras atendendo necessidade específica de cada diretoria e coordenadoria, como por exemplo cursos nas áreas de redação oficial, português, informática, processo e técnica legislativa, atualização em direito, comunicação no atendimento telefônico, regimento interno, cursos e palestras na área comportamental e motivacional, licitações e contratos, direção defensiva e primeiro socorros, oratória, novas tendências em redação jornalística, entre outros, com **2613 participações**. Além disso a Escola lançou este ano o edital **Prêmio Escola do Legislativo**, que visa premiar monografias inéditas sobre o Poder Legislativo. Também vem realizando semanalmente apoio pedagógico a servidores que cursam Ensino Fundamental e Médio, como também para servidores do curso a distância em Administração Legislativa, na 1ª e 2ª fases. Realiza também, 1 vez por semana apoio pedagógico aos estagiários do Programa Antonieta de Barros da Alesc.

Com oito anos de existência, comemorados com sessão solene em dezembro de 2008, a Escola do Legislativo foi fundamental para o sucesso de parcerias inovadoras e abrangentes. A oferta de cursos e o número de pessoas beneficiadas foram ampliados em 2008, passando de 10 mil, no ano passado, para mais de 13 mil.

A Escola do Legislativo baseia suas ações em quatro programas: Formação e Aperfeiçoamento Profissional, voltado aos servidores do Legislativo; Formação de Agentes Públicos e Políticos, que engloba todas as atividades desenvolvidas nos diversos municípios catarinenses; Educação a Distância, envolve videoconferências e cursos promovidos pelo Senado Federal e pela Câmara dos

Deputados, em parceria com outras instituições de ensino; Programa Conhecendo o Parlamento, que abrange as atividades voltadas à aproximação do Legislativo com a sociedade, incluindo o Parlamento Jovem que chegou à sua sétima edição.

Dentro do Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 39 cursos foram ministrados durante o ano, todos no Palácio Barriga Verde, abordando diversos tópicos como informática, redação, atualização em língua portuguesa, legislação eleitoral, processo legislativo, atendimento com qualidade e outros. No total, 1.873 servidores participaram.

Já, o Programa de Formação de Agentes Públicos e Políticos organizou 41 eventos freqüentados por mais de quatro mil pessoas, em diversos municípios: Maravilha, São Lourenço do Oeste, Imbituba, Blumenau, São Bento do Sul, Palhoça, Lages, São Joaquim, Criciúma, Otacílio Costa, Jaraguá do Sul e Rio Rufino. O Programa inclui cursos de cerimonial, capacitação dos legislativos municipais e formação política.

O Programa Conhecendo o Parlamento envolveu mais de sete mil pessoas. Novidades foram implantadas como a produção do programa de auditório Fala Jovem, transmitido pela TVAL, que passou a ser itinerante. O primeiro Fala Jovem gravado fora de Florianópolis aconteceu no núcleo de Comunicação da Faculdade Estácio de Sá, em São José, reunindo estudantes dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda. Outras edições foram realizadas em Joinville, Itapiranga, Videira, Rio do Sul, Brusque, Lages, Itajaí, Chapecó, Joaçaba e Xanxerê. Com formato descontraído, a atração aproxima os parlamentares entrevistados com o público, geralmente formado por jovens estudantes.

O projeto Educação para Cidadania: Construindo um Novo Olhar realizou visita de estudos à Assembléia, ao Centro Administrativo do Governo e ao Tribunal de Contas, além de realizar mesas redondas e grupos de estudos. Este ano, aconteceram mais duas edições do programa Parlamento Jovem, que estimula a participação de jovens na política. Cada escola apresenta o nome de cinco alunos que simulam situações vividas pelos parlamentares. Os deputados-estudantes formam partidos políticos, elaboram, apresentam e votam projetos de lei em sessão plenária.

Além da formação permanente e educação continuada de todos os que integram o Poder Legislativo estadual, através de cursos, oficinas, seminários, palestras, reforço pedagógico, foram realizadas, desde a criação da Escola do

Legislativo, 350 diversas atividades. Nesse período, os eventos contaram com cerca de 40 mil participações, o que faz da Escola do Legislativo uma ferramenta eficaz para a interação com a sociedade e, como suporte para a formação, torna o Legislativo cada vez mais presente na vida dos catarinenses.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/94), em seu artigo 12, inciso I, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", deixando explícita a idéia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa.

A especificidade de cada instituição escolar está marcada pela forma como se prepara para enfrentar os desafios colocados no exercício da prática educativa e pelo tipo de sociedade que pretende construir. A Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina se propõe a ambiciosa meta de alterar padrões de comportamento e de aprendizado, contribuindo para a consolidação dos valores que orientam a construção de uma sociedade marcada pela justiça, pela solidariedade e pela fraternidade.

A transformação da informação em conhecimento, no cotidiano da Escola do Legislativo, implica em inovação permanente, em exercício da criatividade, na pesquisa e na geração de novas rotinas de trabalho no âmbito do Poder Legislativo, para que esteja devidamente qualificado para o desempenho de suas importantes funções sociais e políticas. Aprimorar a representação popular significa avanço institucional e fortalecimento da democracia.

Ao propor programas voltados para a formação de uma cidadania ativa e solidária, a Escola pretende aproximar a sociedade do Poder Legislativo e envolver a população no debate e na busca de soluções para os principais problemas que afetam a coletividade.

Desenvolver uma ação pedagógica que estimule o respeito mútuo, o convívio com a diversidade e com a pluralidade social e política, promovendo cada vez mais a inclusão. Este é o horizonte da Escola do Legislativo.

A reforma administrativa do Estado brasileiro, levada a efeito com edição da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, alterou profundamente as regras constitucionais aplicáveis aos agentes e mecanismos responsáveis pela manifestação da vontade do Estado: órgãos, agentes públicos, procedimentos administrativos e servidores públicos.

Com efeito, para o primeiro caso, o mais ilustrativo exemplo foi a criação das chamadas “organizações sociais”, instituições de direito privado que passam a atuar na consecução dos objetivos da Administração Pública. Relativamente ao segundo âmbito de mudança – agentes políticos, a mais significativa foi a alteração das normas atinentes a sua remuneração.

Em seqüência, as modificações relacionadas a procedimentos administrativos dizem respeito ao concurso público, à introdução do princípio da eficiência, entre outros. Finalmente, as alterações direcionadas aos servidores públicos, numa primeira leitura, informam uma ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que possibilitam a quebra da estabilidade, extinção do regime jurídico único e normas mais rígidas para alteração da sua remuneração, introduziram regras destinadas ao aperfeiçoamento constante dos servidores.

Esta afirmativa é corroborada pelo § 2º do Artigo 39, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, nos seguintes termos:

Artigo 39 – § 2º – A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos, um dos requisitos para promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Neste contexto, torna-se fundamental ressaltar que a expressão “governo” necessariamente deve ser interpretada no âmbito das funções do Estado. Assim, o Executivo precipuamente executa funções administrativas, e, concomitantemente, legisla (Decretos, Portarias, normas diversas etc.) e julga (Conselho de Contribuintes, processos administrativos disciplinares etc.), o mesmo ocorrendo com o Poder Judiciário. Regra igual aplica-se ao Poder Legislativo: possui a função principal de elaborar normas (legislar) e, paralelamente, julgar (CPI’s, C.E.I etc.) e, também, administrar, ou seja, também “governa”.

Desse modo, para exercer a terceira espécie de função do Estado, necessariamente terá, o Poder Legislativo, de propiciar aos seus servidores a participação em cursos em “escolas de governo”. Neste ponto, vislumbra-se que a escola de “governo” criada e mantida por um dos três Poderes, necessariamente deverá contemplar a formação de seus servidores na função de Estado que lhe é característica.

Assim, o Executivo deverá enfatizar na sua escola de aperfeiçoamento, o âmbito de administração puramente considerada. O mesmo ocorrendo com o Poder



Judiciário: a formação e aperfeiçoamento a seus quadros deverá ter como ponto fulcral, atividades (sejam auxiliares ou não) relacionadas à função judicante. Destarte, a mesma regra, por similitude, é aplicável à escola “de governo” a ser criada e mantida pelo Poder Legislativo, isto é, deverá dar ênfase absoluta na formação e aperfeiçoamento dos seus quadros na função legislativa.

Como visto, a junção das normas constitucionais e legais, com os anseios e aspirações dos servidores, do Presidente e Mesa Diretora, levaram a um só rumo: a necessidade da criação da Escola do Legislativo Catarinense.

A Escola do Legislativo é um órgão da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, criada a partir da Resolução 72/2000. Dentro do organograma da Assembléia, está diretamente subordinada à Chefia de Gabinete da Presidência. É responsável pelas ações pedagógicas implementadas pelo parlamento catarinense. Constitui-se, portanto, num espaço de qualificação profissional, reflexão democrática, formação para cidadania, além de propiciar processos de criação, sistematização e difusão de conhecimentos técnicos especializados na área legislativa.

As primeiras iniciativas de implementação de ações relacionadas à educação na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, remetem à Lei Estadual nº 1.086, de 22 de janeiro de 1971, que “Aprova a Reforma Administrativa e Reestrutura o Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa...”, criando a Divisão do Pessoal, responsável por “dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de recrutamento, seleção e treinamento...”, e prescreveu, entre outras atribuições: “elaborar programas de treinamento e promover cursos que visem adestrar os treinamentos às novas técnicas ou rotinas a serem implantadas”.

Em 1992, uma nova Reforma Administrativa é aprovada pela Resolução DP nº 42/92, inaugurando o tempo dos recursos humanos com o recrutamento, seleção e treinamento dos servidores do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa, desaparecendo, a atribuição de promover cursos que visem “adestrar” servidores, expressão desapropriada após o regime militar.

Em outubro do mesmo ano (1992), a Resolução nº 1.394/92 criou a Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional, subordinando-a a Divisão de Recursos Humanos.

A edição da Resolução nº 920/96, que cria incentivo funcional, assegurando ao servidor promoção pela participação em cursos de atualização,

treinamento e aperfeiçoamento; deflagrou um processo que evoluiu até a criação da Escola do Legislativo em dezembro de 2000.

A Escola do Legislativo, criada na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em pleno desabrochar da sociedade do conhecimento, fundamenta-se no parágrafo 2º do artigo 39 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19.

Disposição extremamente avançada para um País em que a educação nunca fez parte da estratégia do desenvolvimento.

A Escola do Legislativo significou a implementação de disposição constitucional e regimental aliada aos anseios e aspirações dos servidores da Assembléia, os quais, através de levantamento realizado em 1999, pelo censo denominado “Somos Nós”, expressaram, dentre outras sugestões à Administração, a necessidade de criação de um espaço Acadêmico Institucional e planejamento estratégico organizacional.

O corpo técnico da Escola do Legislativo é constituído por um presidente escolhido dentre os membros do parlamento, com período de gestão de dois anos; um coordenador; responsáveis pelas seções: pedagógica, ensino a distância, projetos especiais, comunicação e secretaria acadêmica; servidores: efetivos, comissionados, terceirizados e à disposição; estagiários.

Os professores/ministrantes que atuam na EL são, na sua maioria, servidores da Assembléia que, comprovadamente, possuem conhecimento técnico nas respectivas áreas de atuação, além de demonstrarem interesse e habilidade para docência. Soma-se às equipes de profissionais de outras instituições públicas e privadas identificadas com a proposta da Escola.

O público preferencial da Escola é composto por deputados e servidores da Assembléia Legislativa, vereadores e servidores das Câmaras Municipais de todo o Estado. Busca-se atingir o Poder Legislativo nas esferas estadual e municipal, identificando suas especificidades, para atender suas demandas de formação de pessoal qualificado para as diversas áreas de atuação. Além destes, frente a abrangência dos programas desenvolvidos pela Escola, todo cidadão catarinense constitui-se, potencialmente, aluno desta instituição de ensino.

A sociedade contemporânea enfrenta profunda crise social e de redefinição de paradigmas. Questões como ética, segurança dignidade humana, direitos e deveres fundamentais, respeito, responsabilidade, dentre outras, estão

constantemente, sendo ameaçadas. É urgente, pois, repensar, redefinir e re-significar a organização social que está posta.

Nesta perspectiva, a prática pedagógica da Escola do Legislativo é permeada pelo compromisso de promover a cidadania e estimular uma visão crítica e reflexiva da realidade, evidenciando sempre uma atuação voltada para o conjunto da sociedade. Esta, entendida enquanto processo histórico de produção e construção humana que vai sendo engendrada, modificada e transformada a cada momento.

Assim, estamos empenhados no compromisso de interferir na sociedade, buscando contribuir para o fortalecimento da democracia, para a consolidação de valores como a participação, a igualdade de direitos, deveres e oportunidades, a solidariedade e a justiça, vislumbrando uma postura social avessa ao preconceito e à intolerância, marcada pela cultura da paz.

Queremos uma sociedade mais justa, humana e democrática. Precisamos, portanto, de cidadãos comprometidos com a necessidade veemente de superar as contradições que vivemos hoje.

Neste sentido, primamos pela formação de seres humanos críticos e criativos capazes de interferir em seu meio social imediato e, numa perspectiva mais abrangente, na complexa estrutura da sociedade. O ser humano precisa ser entendido em termos históricos, ou seja, ao mesmo tempo que reproduz o que está estabelecido, também produz mudanças capazes de romper com velhas práticas e verdades cristalizadas, re-significando-as em favor da coletividade. Isso significa dizer que o ser humano é, eminentemente, um ser político e social.

Toda ação da Escola do Legislativo, imbuída de intencionalidade pedagógica, busca a formação de seres humanos engajados na construção de uma nova sociedade, conscientes de seu papel como agentes de transformação.

A Escola do Legislativo, em consonância com seus objetivos e sua missão institucional, acredita na educação pautada no respeito aos seres humanos e compromisso com a sociedade, como instrumento de consecução dos ideais acima explicitados. Não pretendemos estabelecer vinculação com nenhuma teoria pedagógica específica, pois a especificidade do fazer pedagógico promovido por esta instituição conduz a uma metodologia muito subjetiva. Moacir Gadotti propõe que se pense a prática educacional de cada escola como fruto de suas próprias

contradições, não existindo um modelo único que dê conta da ação educativa. Segundo ele, muitos são os caminhos.

Pensamos na educação como espaço privilegiado de socialização e construção do conhecimento e formação cidadã.

Além de ampliar a disseminação na sociedade catarinense dos valores da liberdade e da igualdade, conquistas da sociedade democrática, a Escola do Legislativo busca cumprir suas funções específicas no contexto institucional. A capacitação e a qualificação dos servidores da Assembléia Legislativa e das Câmaras Municipais catarinenses deverão servir para a melhoria do funcionamento do Poder legislativo e o aperfeiçoamento da representação popular e do sistema democrático.

Com oito anos de existência, a Escola do Legislativo foi fundamental para o sucesso de parcerias inovadoras e abrangentes.

A oferta de cursos e o número de pessoas beneficiadas foram ampliados em 2008, passando de 10 mil, no ano passado, para mais de 13 mil.

A Escola do Legislativo baseia suas ações em quatro programas: Formação e Aperfeiçoamento Profissional, voltado aos servidores do Legislativo; Formação de Agentes Políticos, que engloba todas as atividades desenvolvidas nos diversos municípios catarinenses; Educação a Distância, com videoconferências e cursos promovidos pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, em parceria com outras instituições de ensino; e, finalmente, o programa Conhecendo o Parlamento, que abrange diversas atividades, que buscam aproximar a sociedade do Parlamento.

A Escola do Legislativo, ao longo dos seus 8 anos, tem se consolidado como instituição promotora de Educação para Cidadania, Formação Política e Aperfeiçoamento Profissional, atuando em parceria com inúmeros órgãos públicos, instituições privadas e entidades sem fins econômicos, sem as quais não teria obtido êxito no alcance dos objetivos a que se propõe.

Além de contribuir com o processo de construção da cidadania plena, a Escola do Legislativo busca cumprir suas funções específicas no contexto institucional. A capacitação e qualificação dos parlamentares e servidores a Assembléia Legislativa e das Câmaras Municipais catarinenses deverão servir para a melhoria do funcionamento do Poder Legislativo e para o aperfeiçoamento da representação popular e do sistema democrático.

Neste momento, em que celebramos mais um ano de efetiva atuação pedagógica junto à sociedade catarinense, destacamos a importância das parcerias firmadas e queremos reafirmar a necessidade da continuidade e ampliação das mesmas.

Contribuir com o processo de fortalecimento da democracia e com a diminuição das desigualdades sociais, bem como melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

A Escola do Legislativo tem como Missão:

- Contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, fortalecendo sua relação com a sociedade, propiciando formação política e educação para a cidadania.

E como Visão:

- Ser referência em formação política, processo legislativo e em formação para a cidadania no estado de Santa Catarina.

A Escola do Legislativo tem como objetivo geral:

- Desenvolver processos formais de educação, por intermédio da formação permanente e continuada, visando fortalecer a atuação do Poder Legislativo, na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Além de adotar a seguir os seguintes objetivos específicos:

- 1) Capacitar o servidor público conscientizando-o de suas funções no Legislativo e na sociedade.
- 2) Propiciar formação permanente, em níveis diferenciados, voltada ao desenvolvimento profissional e cultural dos integrantes do Poder Legislativo;
- 3) Qualificar os servidores da Assembléia Legislativa nas atividades de suporte técnico-administrativo, ampliando sua formação em assuntos legislativos;
- 4) Oferecer aos servidores do Poder Legislativo, conhecimentos básicos para o exercício de qualquer função dentro da Assembléia Legislativa;
- 5) Promover Seminários e Ciclos de Palestras sobre temas atuais da realidade político-brasileira;

- 6) Fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Poder Legislativo, em cooperação técnico-científica com outras instituições de ensino;
- 7) Desenvolver programas de ensino objetivando a formação de futuras lideranças comunitárias e políticas;
- 8) Integrar o Programa INTERLEGIS do Senado Federal, por intermédio da participação em vídeos-conferência e capacitação a distância;
- 9) Oferecer aos servidores possibilidade de complementarem ou continuarem seus estudos em todos os níveis de escolaridade.

### 4.3 Programas desenvolvidos

A Escola do Legislativo Catarinense desenvolve quatro grandes programas, a saber:

#### 4.3.1 Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional

**Objetivo:** Qualificar e capacitar os parlamentares e servidores da Assembléia Legislativa no âmbito de sua esfera de atuação e competência, através de ações que propiciem um processo de educação continuada.

**Público-alvo:** Deputados; secretários parlamentares; gestores; servidores efetivos, comissionados e terceirizados; estagiários e bolsistas.

#### 4.3.2 Programa de Formação de Agentes Públicos

**Objetivo:** Subsidiar a atuação dos legisladores municipais e demais lideranças, no sentido de propiciar espaços de aprendizado, reflexão e qualificação de sua atuação enquanto agentes políticos.

**Público-alvo:** Vereadores, Assessores e servidores de Câmaras municipais, lideranças comunitárias e demais agentes públicos.

#### 4.3.3 Programa de Educação a Distância

**Objetivo:** Promover ações pedagógicas através da modalidade de ensino EAD expandindo o processo de democratização da educação, buscando atingindo o maior número possível de cidadãos catarinenses, valendo-se dos recursos disponibilizados pelas tecnologias da informação e da comunicação.

**Público-alvo:** Agentes públicos e políticos, servidores das casas legislativas e demais cidadãos interessados.

#### 4.3.4 Programa Conhecendo o Parlamento

**Objetivo:** Aproximar a sociedade catarinense do parlamento visando aperfeiçoar o processo democrático.

**Público-alvo:** Alunos dos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) de instituições públicas e privadas; grupos organizados (Conselhos Comunitários, Grupos de Mulheres, Grupos de Terceira Idade, dentre outros).

**I – Subprograma – A Universidade e o Parlamento**

**II – Subprograma – A Escola e o Legislativo**

**II – Subprograma – Parlamento Jovem**

**II – Subprograma – A Comunidade e o Parlamento**

A avaliação institucional acontece de maneira sistemática, processual e diagnóstica. Constitui-se em um processo permanente de reflexão e discussão sobre as práticas pedagógicas na busca de viabilizar estratégias que representem um melhor direcionamento para garantir uma educação de qualidade. São assegurados momentos de diagnósticos, reflexões e replanejamentos. As inúmeras atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo estão em constante aprimoramento.

A avaliação se dá através de reuniões periódicas durante o ano letivo e especialmente no momento da elaboração do planejamento estratégico anual.

Outra atividade de formação política, são os Cursos direcionados aos agentes políticos municipais, como o Curso de Formação Política e os Ciclos de debates regionalizados.

Superando as expectativas, 270 pessoas inscreveram-se para a 1ª etapa do Curso de Formação Política, entre servidores do próprio Poder Legislativo catarinense, vereadores, prefeitos, servidores de Câmaras Municipais e agentes

públicos e políticos. O Curso objetiva estimular o debate e a reflexão crítica sobre a realidade brasileira e catarinense, com base no estudo do desenvolvimento político e institucional do Brasil e de Santa Catarina.

Durante nove meses, os alunos tiveram aulas sobre história política, divisão dos poderes, participação política e democracia, partidos políticos, reforma política, políticas públicas, pesquisas e marketing político, e mais uma série de assuntos fundamentais para aprimorar o conhecimento dos cidadãos acerca da política, somando 90 horas/aula. O Curso teve o apoio da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL) e da Universidade do Legislativo (Unilegis) e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), ambos do Senado Federal.

Para ministrar a aula inaugural, foi convidado o Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL), Florian Madruga, que disse ser importante ações como estas, desenvolvidas pela Escola do Legislativo catarinense para melhorar as condições de trabalho do Poder Legislativo. Para exemplificar as dificuldades, o presidente da ABEL disse que 56% dos vereadores eleitos nas últimas eleições declararam não ter a mínima idéia do trabalho que deveriam desenvolver; que um terço das câmaras de vereadores não têm regimento interno e que a maioria destas casas não têm sede própria, ficando muitas vezes dependentes da prefeitura. “O universo legislativo brasileiro envolve 53 mil parlamentares, entre vereadores, deputados estaduais e federais e senadores, e algo em torno dos 250 mil servidores. Temos que estar de frente para o povo brasileiro e preparados para dar respostas aos seus anseios.” explicou. A educação, de uma maneira geral, e a educação legislativa, especificamente, são, para ele, os caminhos mais eficazes para se atingir este objetivo.

A Escola do Legislativo percorreu durante o ano de 2007 todas as regiões do Estado levando o Ciclo de Debates Sobre Formação Política, com o objetivo de contribuir para a capacitação dos agentes políticos e possibilitar a troca de experiências. Os temas abordados foram: o Papel do Vereador e suas Competências; Processo Legislativo; Regimento Interno das Câmaras Municipais; Orçamento Público; Lei de Responsabilidade Fiscal e Regras para Eleição 2008.

Os encontros aconteceram nos municípios de Rio do Sul, Tubarão, Braço do Norte, Jaraguá do Sul, São Lourenço do Oeste, Chapecó, Pomerode, Anchieta e Treze Tílias e receberam interessados tanto dos próprios municípios quanto de suas regiões, principalmente agentes políticos, vereadores, lideranças comunitárias, servidores das Câmaras Municipais e candidatos à mandatos eletivos.



Subsidiando a atuação dos legisladores municipais e demais lideranças, o programa foi dividido em dois semestres. Nos encontros do primeiro semestre, as palestras do Ciclo abordaram os temas: Papel do Vereador e o Processo Legislativo e, no segundo semestre, a prioridade foi o Orçamento Público e as Regras para as Eleições de 2008. O cuidado da equipe da Escola do Legislativo na escolha dos competentes palestrantes, como o professor especialista em Políticas Públicas Adelir Stolf; o promotor público Dr. Pedro Decomain; o coordenador do Curso de Ciência Política da Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI), Ivann Carlos Lago; o consultor Alexandre Damasceno e a consultora Maria Carmen Castro Souza, ambos do Senado Federal; o consultor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais Leonardo Henrique de Noronha; o Diretor de Atividades Especiais do Tribunal de Contas de Santa Catarina, João Luiz Gattringer; o consultor motivacional Sérgio Pureza; os servidores da Assembléia Legislativa catarinense Clovis Nelson Pires da Silva e Vera Lúcia Farias; e o deputado Joares Ponticelli (PP), presidente da Escola do Legislativo; garantiu o êxito do Ciclo.

O desenvolvimento do Ciclo de Debates alia o propósito da Escola do Legislativo, de contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, à necessidade de capacitação e formação política dos vereadores e agentes públicos catarinenses. “Pretendemos implantar novos projetos e dar continuidade aos já existentes, ampliando as relações da Escola, como nas parcerias. Precisamos melhorar o serviço do agente público, otimizando recursos, proporcionando formação e capacitação aos vereadores, obedecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal”, ressaltou o presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP).

Na reunião do lançamento do Ciclo de Debates, em 14 de março desse ano, presidentes e representantes das Associações de Câmaras Municipais do Estado reuniram-se com o presidente da Escola e expuseram seus anseios e necessidades. A qualificação dos legisladores poderá ser um forte aliado para mudar o panorama de descrédito que a população tem em relação aos parlamentares.

Presente na reunião, Rui Mendonça, presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc), falou das dificuldades enfrentadas pelos vereadores e da importante parceria com a Escola. “O vereador é o fiscal da sociedade, regulador da função pública, por isso ele precisa de capacitação e melhores condições de trabalho”, frisou Mendonça.

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, sintonizada com a sociedade que representa, tem se pautado pela determinação de contribuir, em todas as

frentes, para o desenvolvimento sustentável do Estado e para a elevação da qualidade de vida de seus cidadãos.

Na busca deste ideal, o Parlamento catarinense criou e mantém há quase uma década a Escola do Legislativo, que otimiza o capital cultural e a inteligência, não só dentro da própria Casa, mas também através de suas diversas atividades externas. E coloca-se à disposição da sociedade barriga verde como centro de estudos e capacitação de agentes políticos e multiplicadores, que atuam na elaboração de políticas públicas.

As Assembléias Legislativas do Brasil possuem Escolas do Legislativo, em diferentes formas de atuação. Para finalizar, nos inspiramos na lição da Coordenadora Pedagógica, da 1ª Escola do Legislativo criada no Brasil, em 1992, ao completar 15 anos de fundação, Professora *Ruth Schmitz de Castro*:

Uma escola ligada ao Parlamento tem como telos, como finalidade, a construção da autonomia, da liberdade plena, mas sempre solidária e comprometida com o interesse da coletividade. Tal escola precisa discutir propostas, propor atividades, criar jeitos democráticos de pensar, de agir e de sentir, enfim, deve alçar vôos que encaminhem soluções não meramente formais, mas que sejam sobretudo essenciais. Esses desafios pressupõem que essa escola assuma como imperativo norteador de suas ações a passagem das perspectivas privadas ou corporativas às perspectivas públicas e coletivas.

Educar para a democracia é preparar para o que não está pronto, para o que está por vir, para o que se constrói no fazer diário e na reflexão comprometida com a superação dos conflitos, por meio da participação, do diálogo e da construção do consenso. É estar atento aos interesses contraditórios de todas as esferas sociais e enfrentar as divergências com seriedade, respeito e espírito público. É buscar formar o indivíduo para o exercício pleno de suas funções, sem perder de vista que ele está irremediavelmente imbricado nas teias do espaço coletivo. Por isso, as ações mais específicas, os treinamentos mais pragmáticos, as discussões mais pontuais não podem perder de vista a formação de uma consciência nacional, inspirada nos ideais republicanos e dirigida ao bem comum.

Esse é o grande desafio da nossa Escola e de todo o Legislativo.

...tem de ser uma educação nova também, que estamos procurando pôr em prática de acordo com as nossas possibilidades. Uma educação completamente diferente da educação colonial. Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. Uma educação que não favoreça a mentira, as idéias falsas, a indisciplina. Uma educação política, tão política quanto qualquer outra educação, mas que não tenta passar por neutra. Ao proclamar que não é neutra, que a neutralidade é impossível, afirma que sua política é a dos interesses do Povo. (Paulo Freire)

---

**AUTORIA**

**Deputado Estadual Joares Carlos Ponticelli** – graduado em matemática pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, encontra-se no terceiro mandato e desde 2007 é presidente da Escola do Legislativo de Santa Catarina. Participa das comissões de constituição e justiça, de trabalho e de administração e serviço público. Filiação institucional: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina/Escola do Legislativo.

Endereço eletrônico: [escoladolegislativo@alesc.sc.gov.br](mailto:escoladolegislativo@alesc.sc.gov.br)